

CONFERÊNCIA

A FAMÍLIA NO BRASIL: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA *

*Eni de Mesquita Samara***

Resumo

Esta conferência faz um balanço da produção historiográfica sobre a família no Brasil desde os anos 20 até os anos 90. Enfatiza a questão do patriarcalismo e as contribuições da Demografia Histórica que estabeleceram vínculos entre os estudos de população e a história da família.

Palavras-chave: Família brasileira; Patriarcalismo; Demografia histórica.

Incorporada definitivamente à historiografia dos anos 80, a família no Brasil foi analisada, nas décadas anteriores, especialmente por antropólogos e sociólogos. Até então, a contribuição dos historiadores nesse campo fora restrita. Temerosos no enfrentamento das análises clássicas sobre o assunto, participaram com timidez, reforçando os modelos institucionais e os estudos genealógicos. Além disso, usaram claramente o viés do poder para entender a importância da família na sociedade.

Visualizar o conjunto dessa produção dos inícios do século até hoje significa entender basicamente o tratamento dispensado à questão do patriarcalismo e às diferenças e continuidades presentes nesses esforços analíticos que vão da formulação dos modelos teóricos entre os anos 20 e 30 aos primeiros trabalhos de revisão ainda nos anos 60.

* Conferência proferida no Departamento de História da Universidade Federal de Goiás em 10 de junho de 1997.

** Diretora do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina - CEDHAL/USP e Professora Associada do Departamento de História/USP.

Nos anos 20, 30 e 40, encontram-se as matrizes ideológicas de um pensamento que iria vigorar por décadas acerca da natureza, estrutura, importância, função e conceito de família brasileira.

Trabalhos pioneiros como os de Gilberto Freyre (1975) traçaram o perfil da família patriarcal brasileira e tornaram-se clássicos da literatura nacional e internacional, influenciando inúmeros estudos posteriores. Coube a Oliveira Vianna (1920) voltar-se também para a família senhorial e para os clãs parentais, buscando o entendimento das raízes coloniais e da evolução da nossa sociedade. A questão da solidariedade familiar foi recuperada por Luis de Aguiar Costa Pinto (1980), que publicou, ainda na década de 40, a primeira edição de *Lutas de família no Brasil: era colonial*. Inovador para o seu tempo e enveredando por uma história regional, Alcântara Machado (1980) escreveu *Vida e morte do bandeirante*. Em estilo sóbrio e com conteúdo rico em fontes primárias, ele descreveu as famílias, a morada, o mobiliário e as fortunas da época dos bandeirantes.

Os anos 50 e 60 caracterizaram-se pelo início de um primeiro momento de revisão nas teorias formuladas acerca da família brasileira. Antônio Cândido de Mello e Souza (1951), Emílio Willems (1953), Donald Pierson (1954), Oracy Nogueira (1960), Thales de Azevedo (1961) e Charles Wagley (1968), entre outros autores, escreveram sobre a organização e estrutura dessa família, o casamento e o divórcio. Nota-se, já nessa fase, a preocupação com os aspectos regionais, de classe e de verificação das mudanças que estavam ocorrendo na sociedade com o passar do tempo. O papel da mulher também foi analisado, não mais apenas sob o enfoque da exclusão e da submissão, mas nas suas formas de interação à sociedade e aos núcleos domésticos. Define-se aí, portanto, um primeiro momento de ruptura com a imagem convencional estabelecida para a mulher brasileira.¹

Sem dúvida, um repasse pela produção até a década de 60 nos fornece inúmeros e valiosos exemplos sobre o tratamento dispensado à família, o que não significa que não sejam passíveis de revisão crítica. Enfatizando mais a questão do poder e das parentelas, esses autores buscaram as bases patriarcais da sociedade brasileira e o entendimento das relações sociais e raciais. A organização da família foi analisada sob esse prisma, permanecendo ainda intocável a idéia de que a família brasileira era uma vasta parentela que possuía fins comuns. Solidariedade,

deveres, obrigações mútuas e parentesco fictício integravam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência. Sendo assim, seria impossível pensar o Brasil sem pensar em família.

A retomada decisiva da família como objeto de análise deu-se nos anos 70. No bojo de um processo geral que se estabelecia de revisão da História do Brasil, os estudiosos da família dedicaram-se com afinco às pesquisas em fontes documentais históricas, que os colocaram diante dos velhos problemas com novas questões. Com os rumos tomados pela historiografia brasileira, o processo de redescoberta da família e a sua apropriação como objeto de análise pelos historiadores têm sentidos e significados próprios, claramente expressos em seu perfil. Fica difícil, por outro lado, desvincular essa produção da demografia histórica, pois a maior parte dos estudos foi feita por demógrafos-historiadores, interessados nas estruturas demográficas e também na família.²

Em *Demografia histórica, bibliografia brasileira*, Samara e Costa (1984) dão conta do volume dessa produção, que mostra claramente os vínculos entre os estudos de população e a história da família.

Veja-se, por exemplo, o trabalho pioneiro de Maria Luiza Marcílio (1974), dedicado à *Cidade de São Paulo, povoamento e população, 1750-1850*, e também de Iraci Costa (1973), sobre Vila Rica no início do século XIX.

O estudo de categorias sociais específicas também foi privilegiado nessa fase da produção historiográfica interessada em entender a dinâmica da sociedade brasileira, especialmente no final do período colonial. Assim, os agregados foram analisados não apenas nas suas relações de trabalho, mas também integrando os núcleos domésticos e as redes de solidariedade típicas do sistema patriarcal (Mesquita, 1977).

Com objetos e preocupações definidos, o conjunto das análises, na década de 70, focalizou os aspectos referentes à estrutura da família, à nupcialidade, à fecundidade e ao equilíbrio dos sexos, recuperados a partir de uma gama variada de documentos manuscritos e impressos. Dificuldades metodológicas e de pesquisa caracterizam essa etapa, marcada por respostas às questões mais amplas a partir de contextos regionais.

Divergências e similaridades em relação ao modelo genérico de família no Brasil foram motivos incessantes de busca nas fontes disponíveis para o período. Os resultados que se apresentaram revelaram,

por sua vez, ser impossível conceber uma imagem única de família, aplicável, ao longo do tempo, aos vários segmentos sociais. As pesquisas apontaram, além disso, para a existência de outros tipos de relações entre sexos e pela distância entre a norma e a prática social. Para o conjunto da população, foram desvendados comportamentos, atitudes e valores que divergiam do ideal concebido no modelo de família patriarcal. Arranjos familiares alternativos, concubinatos e participação mais ativa das mulheres nos processos sociais em curso retomaram, definitivamente, a discussão das matrizes ideológicas impostas nos trabalhos clássicos dos inícios do século. Indicaram também pelas diferenças, ao longo do tempo, regionais, de raça e de classe na formulação do conceito sobre família brasileira.

O início desse processo de revisão dos grandes mitos e arquétipos sobre a sociedade brasileira, ocorrido nos anos 70, deu base para que os estudos realizados na década de 80 se caracterizassem por uma maior pluralidade. Esses vão tratar, sobretudo, do papel dos sexos, do casamento, do concubinato, da sexualidade, das famílias, dos segmentos expropriados e do processo de transmissão de fortunas. Inventários, testamentos, processos de divórcio e de legitimação, crimes, autos cíveis, entre inúmeros outros documentos, ao serem analisados, levantaram questões e romperam enraizamentos perpetuados por gerações de estudiosos definindo, a partir desse momento, novas imagens da ‘família à brasileira’.³

A discussão do patriarcalismo, nessa fase, vem sobretudo atrelada à idéia de mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, no final do período colonial e ao longo do século XIX, sedimentando, portanto, a idéia da multiplicidade de modelos familiares e de um sistema patriarcal modificado. Trabalhos como os de Elizabeth Anne Kuznesof (1986) mostram claramente que essas transformações repercutiram nas redes de parentesco e organização dos domicílios. Katia de Queirós Mattoso (1988), por sua vez, volta-se para a importância da família na sociedade baiana do século XIX, revelando também os seus vários tipos nos segmentos de livres, libertos e escravos. A mesma idéia de pluralidade de modelos está presente em “Família e grupos de convívio”, organizado por Eni de Mesquita Samara (1989), cuja proposta é estudar a família, de modo a contribuir para uma revisão crítica da sociedade brasileira.

Em outras coletâneas, como *Pensando a família no Brasil* (Almeida e Gonçalves, 1987), o patriarcalismo é visto como modelo ideológico e a discussão volta-se para a sua penetração nos vários segmentos da sociedade brasileira da colônia à modernidade.

Buscando entender as raízes do sistema patriarcal no Brasil, a questão do casamento e da vida conjugal foi analisada atentamente por Maria Beatriz Nizza da Silva (1984), em *Sistema de casamento no Brasil colonial*, que reúne extensa documentação eclesiástica sobre o processo de organização da família, nos primeiros séculos da colonização.

Centrados na questão do poder e da vida familiar das mulheres, estão os trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) e Eni de Mesquita Samara (1989), que privilegiaram a sociedade paulista no século XIX, vista na perspectiva das transformações que estavam ocorrendo no Brasil dessa época. A discussão do patriarcalismo vem atrelada à idéia de mudanças, sugerindo uma maior flexibilidade e adaptação do modelo a situações locais, muitas vezes ditadas pelo próprio modo de vida dos habitantes.

Nos anos 90, para os estudiosos da família no Brasil, essa questão ainda é crucial e aparece resolvida, teoricamente, de distintas maneiras. Dain Borges (1993) e Angela Mendes de Almeida (1992) vão mais na direção da presença de um grande modelo “ideológico” de família, enquanto Muriel Nazzari (1991) e Alida Metcalf (1992) ressaltam a sua ambigüidade em contextos regionais.

Ao analisar a prática dos dotes, Muriel Nazzari (1991) indica por mudanças nas funções das famílias de elite. O que levou as famílias a mudarem seus costumes em relação ao sistema dotal? Para responder esta questão, Nazzari pesquisou os inventários *post-mortem* dos séculos XVII, XVIII e XIX dos paulistas. O objetivo era o de identificar quais seriam as formas de transmissão de bens e compará-las entre si, tendo como eixo as modificações ao longo do tempo. O argumento explicativo associa-se às transformações ocorridas nas funções da família e do casamento na sociedade brasileira.

No século XVIII, assistiu-se a algumas mudanças na região centro-sul, mais especificamente em São Paulo. O aumento do controle da Coroa na área através de uma maior profissionalização do exército e da milícia acarretou a diminuição do poder e do controle dos patriarcas em relação aos filhos homens. A busca por ouro, prata e diamantes pelos

filhos do sexo masculino nas minas provocou dispersão das famílias e das fortunas. Além disto, gerou renda por meio do comércio que permitiu aos homens acumular capital através de habilidades empresariais. Esta alternativa de estabelecer seus próprios negócios, agenciando rendimentos, possibilitou uma nova atitude frente ao poder patriarcal no tocante à determinação de casamentos e alianças. Os filhos que se tornaram comerciantes poderiam agora estabelecer suas próprias barganhas matrimoniais, baseadas em seus anseios e valores, não mais dependendo exclusivamente de seus pais e da concessão de dote por parte da família da noiva. Estes fenômenos são indicativos, segundo Nazzari, de que a família extensa, o clã ou a parentela, já não se constituía na única base para alianças nos negócios. Com essa assertiva levanta a hipótese de que o século XVIII teria sido um marco importante no sentido de mudanças nas estruturas sociais, com reflexos na organização da família patriarcal paulista, o que é um indício do que pode ter ocorrido em outras regiões brasileiras.

Transformações mais efetivas vão, no entanto, ocorrer na verdade durante o século XIX. O crescimento, embora pequeno, da alfabetização das mulheres de elite representou parcialmente uma resposta ao enfraquecimento do poder patriarcal e da família extensa sobre as gerações mais jovens. As mudanças no âmbito da legislação criminal também arrefeceram um lado do sustentáculo do patriarcalismo, ao responsabilizar apenas o indivíduo que cometera o crime e não mais a família, promovendo um deslocamento da punição em direção ao indivíduo. A legislação civil também mudou a maioridade para 21 anos, ao contrário do período colonial, que era de 25. As sociedades comerciais entre pessoas de fora da família tornaram-se muito mais freqüentes e alguns novos procedimentos foram sendo introduzidos no sentido de diferenciá-los da contabilidade familiar. A capacidade dos maridos de sustentarem a esposa e sua prole passou a ser um requisito importante nos casamentos entre as novas famílias de elite (Nazzari, 1991). Todas estas ocorrências conduziram ao enfraquecimento do patriarcalismo e ao fortalecimento do individualismo, fato que já tinha sido apontado, anteriormente, com freqüência, por vários autores. Darrel Levi (1977), ao estudar a sociedade paulista, indica a existência, no século XIX, de uma estrutura familiar dinâmica e flexível, permitindo o abandono de velhos laços e a criação de novos, em resposta às mudanças culturais,

econômicas e políticas. Para ele, o exemplo da família Prado, da elite local, mostrou rompimentos nas normas de uma sociedade que pode ser entendida como semi patriarcal.

Alida Metcalf (1992) também se mostra preocupada em analisar o assunto entre os vários grupos sociais de Santana de Parnaíba, no século XVIII. Em decorrência, diferentes modelos de família aí aparecem, consolidando aqui, mais uma vez, a idéia da multiplicidade, bastante presente na produção dos anos 80.

Assim como Nazzari (1991), a autora procura entender as desigualdades sociais e o processo de transmissão das fortunas nos diferentes estratos sociais. Na classe dos grandes plantadores, por exemplo, para Metcalf, o que marcou profundamente os primeiros colonizadores é que o genro, via de regra, assumia a posição de liderança na família, enquanto os filhos do sexo masculino eram obrigados a emigrar e desbravar terras novas, o que, sem dúvida, implica mudanças na estrutura das famílias e no próprio sistema patriarcal. Na historiografia brasileira, outras vertentes, focalizando os senhores proprietários do Oeste paulista entre 1765 e 1855, polemizam essa conclusão relativa à liderança do genro na família dos grandes plantadores, ressaltando que muitas vezes os filhos, quando migravam, herdavam patrimônios maiores que o das irmãs (Bacellar, 1991, p. 74).

As atitudes e os comportamentos nos momentos de transmissão de bens devem ser vistos como variantes de processos de sucessão de poder, nos quais variáveis como tamanho, estrutura etária e sexual da prole legítima e ilegítima, a posição relativa da família em relação às alianças em âmbitos regional e nacional e, ainda, o papel do indivíduo em determinadas famílias devem ser melhor problematizadas.⁴ Neste sentido, a noção de um modelo genérico de família patriarcal cai por terra se levarmos em consideração a complexidade de fatores intrínsecos e extrínsecos à família, associando variáveis internas às transformações estruturais vividas pela sociedade paulista a partir do século XVIII.

Analisando famílias camponesas, Metcalf (1992) mostrou que estas desenvolviam estratégias no sentido de manter sua autonomia, através das migrações em direção às áreas virgens da mata, ou às vilas, sobrevivendo ora como camponeses, ora como artesãos, tecelões, fiandeiras etc., quando os grandes proprietários tentavam reduzi-los a jornaleiros. Um aspecto interessante neste modelo de família é que não

aparece como um tipo único de estrutura familiar, como tem sido tradicionalmente tratado. Organizavam-se não só em torno das famílias nucleares, como também em extensas, solitárias, matrifocais, o que demonstra a complexidade de formas de famílias dentro de uma mesma classe social.⁵ Tal perspectiva, sem dúvida, opõe-se a visões simplistas sobre o Brasil colonial.⁶

Como se pode perceber, para entender a sociedade patriarcal brasileira, Nazzari (1991) e Metcalf (1992) assentam as suas análises nos sistemas econômicos familiares e na propriedade, enfatizando a questão da complexidade e das diferenças de raça e de classe ao longo do tempo.⁷

Nos anos 90, outras vertentes, entretanto, ainda entendem ser necessário analisar o patriarcalismo enquanto modelo ideológico e modelar do comportamento social dos brasileiros e é nesse ponto que as análises de Dain Borges (1993) e Angela Mendes de Almeida (1992) se aproximam.

Muito embora Borges (1993) tenha como objetivo mostrar as mudanças de atitudes e valores de famílias baianas, seus resultados demonstram muito mais permanências de aspectos considerados tradicionais. Tal fato o leva a concluir sobre o papel da família como valor ético cultivado pelas elites baianas, o qual se configura como suporte básico na organização social brasileira. Além disso, ao identificar tipos diversos de famílias, mostra que o sentido presente nesta diferença é realizar o ideário comum a todas – pertencer a um patriarcado poderoso.

Tratando da legislação civil e das reformas em relação à família, concluiu-se pelo seu caráter conservador. Para Borges (1993), a modernização das instituições públicas revestiu-se muito mais de aspectos formais, os quais representavam uma ideologia muito pouco atrativa para a experiência do “povo”. Para ele, a sociedade brasileira estava longe de integrar seus segmentos sociais e as bases da identidade comum nacional eram um diálogo que possuía traços muito mais pessoais do que institucionais.

O autor recupera, ao longo da sua obra, imagens que indicam mudanças ao longo do tempo e atitudes que conduzem à desintegração e à exclusão de alguns segmentos da sociedade. Por outro lado, enfatiza

as permanências, o que do ponto de vista da construção do argumento geral da obra, acaba por utilizar uma noção monolítica de patriarcalismo.

Assim, reconhece que o clientelismo das classes mais pobres não era o único aspecto a ser ressaltado nas relações familiares patriarcais. O 'povo' possuía suas próprias instituições, apartadas da sociedade ordenada, que eram o candomblé, as fraternidades religiosas, a favela, e as associações de carnaval. Sobre esta mesma questão, Katia Mattoso (1986), interpretando esta disjunção, viu uma ruptura com a cultura dominante numa tentativa de afirmar sua própria identidade cultural, associando o crescimento do candomblé à rejeição africana pelas irmandades católicas.

Permanências e persistências, presentes nos inícios da colonização, aparecem de modo monolítico em *Gosto do pecado – Casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII* (Almeida, 1992).⁸

Nessa obra, Angela Mendes de Almeida (1992, p. 55) se propõe a reconstituir a história sentimental da família no Brasil, tentando recuperar o instrumental mental destes homens e mulheres. Conclui daí que a mancebia, a bastardia, a prostituição, o divórcio eram instituições do antigo regime, e não formas de resistência, rebeldia ou insubmissão à ordem estabelecida, tal como formulou Samara (1989) em seu livro sobre a família brasileira, focalizando, especificamente, as famílias de São Paulo, no século XIX.

Nesse ponto, é importante realçar que a mancebia, a bastardia e a ilegitimidade podem ser interpretados como fenômenos de longa duração, reelaborados através de comportamentos culturais, de povos miscigenados, que experimentavam suas vidas no ultramar em novas condições sócio-ambientais, diferentes daquelas da metrópole. E é a partir daí que devemos 'olhar', entender e nuançar a sociedade brasileira do passado.

Outros estudiosos já haviam estabelecido diferenças ao buscar as relações entre as culturas branca e negra. Uma parte desenvolvia-se no espaço da ordem, enfatizava relações clientelísticas e paternais, tendo como sentido fazer a ponte entre a cultura escrava e a de seus senhores. A outra, relacionada com a cultura dos escravos, permaneceu exótica e independente.⁹

Analogamente, ao examinar as populações indígenas e branca em relação à apropriação de recursos naturais da fronteira, Metcalf (1992) sugeriu que existia uma disjunção de experiências culturais. Tal disjunção ou desintegração de culturas diferentes, de percepções e de identidades pode ser entendida como um processo de exclusão e diferenciação social, ao contrário dos modelos propostos por Gilberto Freyre (1975) e Antônio Cândido de Mello e Souza (1951), quando enfatizaram integração e aculturação social em que o paternalismo estabelecia relações clientelísticas.

A resposta que uma parte dos segmentos mais alijados dava ao processo de exclusão social os compelia a agir com indiferença às normas e procedimentos da Igreja, dos governos e poderes locais. É, portanto, lícito interpretar tal indiferença enquanto rebeldia, insubmissão ou entendê-las como formas próprias de organização. Neste sentido, o celibato, o concubinato, a mancebia, os filhos ilegítimos podem ter um significado de resistência, num contexto onde a Igreja e os governos locais estavam distantes das necessidades cotidianas do povo (Samara, 1989, p. 44, 55 e 80). Uma outra parte dos segmentos alijados procurou e parece ter conseguido, de uma maneira ou de outra, se integrar ou se identificar com as camadas dominantes, até como estratégia de mobilidade social, miscigenando-se.

O novo ambiente social composto por indígenas, negros africanos, portugueses, mulatos e pardos não pode ser interpretado de maneira semelhante às condições do mundo rural português, quase medieval. No Brasil, novas forças culturais interagem de maneira totalmente diferente, e este aspecto tem que ser levado em consideração ao se analisarem as normas e a legislação da Igreja e do Estado.

Por tudo isto, a problematização da noção monolítica de patriarcalismo deverá passar necessariamente por pesquisas que focalizem aspectos da diversificação de experiências de grupos sociais, etnias e gênero em diferentes regiões brasileiras e, principalmente, das atitudes que conduziam ao processo de desintegração de tais culturas e experiências ao longo dos quatro séculos de história das famílias brasileiras, que buscamos, nesta ocasião, percorrer a partir da discussão historiográfica.

Abstract

The lecture deals with the historiography of the family in Brazil since the twenties till nowadays. It also seeks to analyse the pioneering works of the early twentieth century which became the basis for studies on the family in later periods. It also shows the importance of historical demographic studies to the research on family.

Key words: Brazilian Family; Historical Demography.

Notas

- 1 Veja, ainda, Azevedo (1965), Lobo (1954), Saito (s.d.), Santos Filho (1956), Hutchinson (1957), Queiroz (1950) e Costa (1967).
- 2 Levi (1977), Costa (1977), Silva (1984), Ramos (1975), Marcílio (1974) Metcalf (1978) e Samara (1976).
- 3 Veja por exemplo Kuznesof (1980), que identificou outras formas de organização familiar e investigou a sua funcionalidade no processo de urbanização. Também Almeida, Angela Mendes de. *Notas sobre a família no Brasil*. In: Almeida e Gonçalves (1987, p. 53-66) e Da Matta, Roberto. *A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira*. In: Almeida e Gonçalves (1987, p. 115-136), Mattoso (1988), Samara (1984), *Tendências atuais da história da família no Brasil*. In: Almeida e Gonçalves (1987, p. 25-36) e Correa, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: Correa (1982, p. 13-38).
- 4 Veja também Metcalf (1986) e os comentários de Smith (1987, p. 119).
- 5 Sobre a complexidade de estruturas de famílias na Europa, veja Wall (1983). Cf. o comentário de Cornell (1986) e o estudo anterior, Laslett e Wall (1972). Veja, também, Costa (1991).
- 6 Veja também Metcalf (1983) e Marcílio (1985 e 1986).
- 7 Ver também Dias (1984), Kuznesof (1986) e Samara (1989).
- 8 Veja o uso monolítico que a autora faz da noção de patriarcalismo ao comparar comportamentos do século XVII português com comportamentos do século XIX paulista. Almeida (1992, p. 119-120).
- 9 Ver também: Mintz, Sidney and Price, Richard. *An anthropological approach to the afro-american past: A caribbean perspective*. ISHI. Philadelphia, 1976, citado por Borges (1993, p. 82-83).

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Angela Mendes de. *O gosto do pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confessores do séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ALMEIDA, Angela Mendes de; GONÇALVES, Paula (Org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, UFRJ, 1987.
- AZEVEDO, Thales de. Family, marriage and divorce in Brazil. In: HEATH, D. and ADAMS, R. (Eds.). *Contemporary cultures and societies of Latin America*. New York: Random House, 1965, p. 288-311.
- AZEVEDO, Thales de. The family, marriage and divorce in Brazil. *Journal of Latin America Studies*. v. III, p. 213-37, 1961.
- BACELLAR, Carlos de A. P. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. *Estudos CEDHAL*. São Paulo, n. 7, 1991.
- BORGES, Dain. *The family in Bahia, Brazil, 1870-1945*. Stanford, California: Stanford University, 1993.
- CORNELL, Laurel L. Household studies: A review essay. *Historical Methods*. v. 19, n. 3, 1986.
- CORREA, Mariza (Org). *Colcha de retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA, Iraci del Nero da. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. (São Paulo), v. 19, p. 17-34, 1977.
- COSTA, Iraci del Nero da. Revisitando o domicílio complexo. *Estudos Econômicos*. (São Paulo), v. 21, n. 3, p. 401-7, 1991.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979. (Ensaio Econômico, 1).
- COSTA, Lena Ferreira. *Uma família na História; monografia sobre a família de Castelo Branco*. Goiânia: Ed.da UFG, 1967.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo, no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- HUTCHINSON, Carmelita. Notas preliminares ao estudo da família no Brasil. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 2. *Anais...* Salvador, 1957.

- KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development, São Paulo 1765 to 1836*. Boulder Westview Press, 1986.
- KUZNESOF, Elizabeth. The role of female-headed household in brazilian modernization: 1765-1836. *Journal of Social History*, v. 13, n. 4, p. 589-612, summer 1980.
- LASLETT, P.; WALL, Richard. *Household and family in the past time: Comparative studies in the size and structure of the domestic group over the last three centuries in England, France, Serbia, Japan, and colonial North America with further materials from Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- LEVI, Darrel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura, 1977.
- LOBO, John. Family life in Brazil. In: *Marriage and family living*, v. 10, p. 8-10, 1954.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 3 ed. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *A Cidade de São Paulo - povoamento e população*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. A fecundidade camponesa no Brasil antigo: O caso de Ubatuba. *Estudos Econômicos*. (São Paulo), v. 15 (n. especial), p. 111-26, 1985.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986.
- MATTOSO, Kátia. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- MATTOSO, Katia. *Un nouveau monde: Une Province d' un nouvel empire – Bahia au XIXe siècle*. Paris: Université de Paris IV, 1986. (Doctorat d'Etat).
- MESQUITA, Eni de. *O papel do agregado na região de Itu (1780-1830)*. Coleção do Museu Paulista. São Paulo, 1977, p. 11-121. (Série História, 6).
- METCALF, Alida. *Family and frontier in Colonial Brazil, Santana de Parnaíba, 1580-1822*. California: Stanford University Press, 1992.
- METCALF, Alida. Fathers and sons: The politics of inheritance in a colonial brazilian township. *Hispanic American Historical Review*, v. 66, p. 455-64, 1986.

- METCALF, Alida. *Household and family structure in late XVIII century Ubatuba*. Austin: The University of Texas, 1978.
- METCALF, Alida. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. *Estudos Econômicos*. (São Paulo), v. 13 (n. especial), p. 771-85, 1983.
- MINTZ, Sidney, PRICE, Richard. An anthropological approach to the afro-american east: A caribbean perspective. *ISHI*. Philadelphia, 1976.
- NAZZARI, Muriel. *The disappearance of the dowry: women, families and social change in São Paulo, 1600-1900*. Stanford, California: Stanford University Press, 1991.
- NOGUEIRA, Oracy. *Family e comunidade; um estudo sociológico de Itapetininga*. Rio de Janeiro: CBPE/INEL/MEC, 1962.
- PIERSON, Donald. The family in Brazil. *Marriage and Family Living*. v. XVI, n. 4, p. 308-14, 1954.
- PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil: era colonial*. S. Paulo: Nacional, 1980. (Brasiliana, 263).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Assimilação de três famílias em São Paulo. *Sociologia*. v. XII, n. 1, 1950.
- RAMOS, Donald. Marriage and family in colonial Vila Rica. *Hispanic American Historical Review*. v. 55, n. 2, p. 200-25, May 1975.
- SAITO, Hiroshi. A família do imigrante japonês para o Brasil. *Sociologia*. v. XXII, n. 1, p. 12-28, s.d.
- SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). Família e grupos de convívio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, ANPUH, ago. 1988/fev. 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita; COSTA, Iraci del Nero. *Demografia histórica, bibliografia brasileira*. São Paulo: IPE/USP, 1984.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu, 1780-1830. *Revista de História*. São Paulo. v. 105, p. 33-45, 176.
- SANTOS FILHO, Licurgo dos. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Nacional, 1956.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz, Edusp, 1984.

- SMITH, Daniel Scott. Family strategy: more than a metaphor? *Historical Methods*, v. 20, n. 3, 1987.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. The brazilian family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHAND, A. (ed.). *Brazil: portrait of half a continent*. New York: Dryden Press, 1951, p. 291-312.
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.
- WAGLEY, Charles. Luso-brazilian kinship patterns: the persistence of a cultural tradition. In: _____. *Latin american tradition: essays on the unity and diversity of latin american culture*. New York: Columbia University Press, 1968, p. 175-93.
- WALL, R.; ROBIN, J.; LASLETT, P. *Family forms in historic Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- WILLENS, Emílio. The structure of brazilian family. *Social Forces*. v. 31, p. 339-45, May 1953.